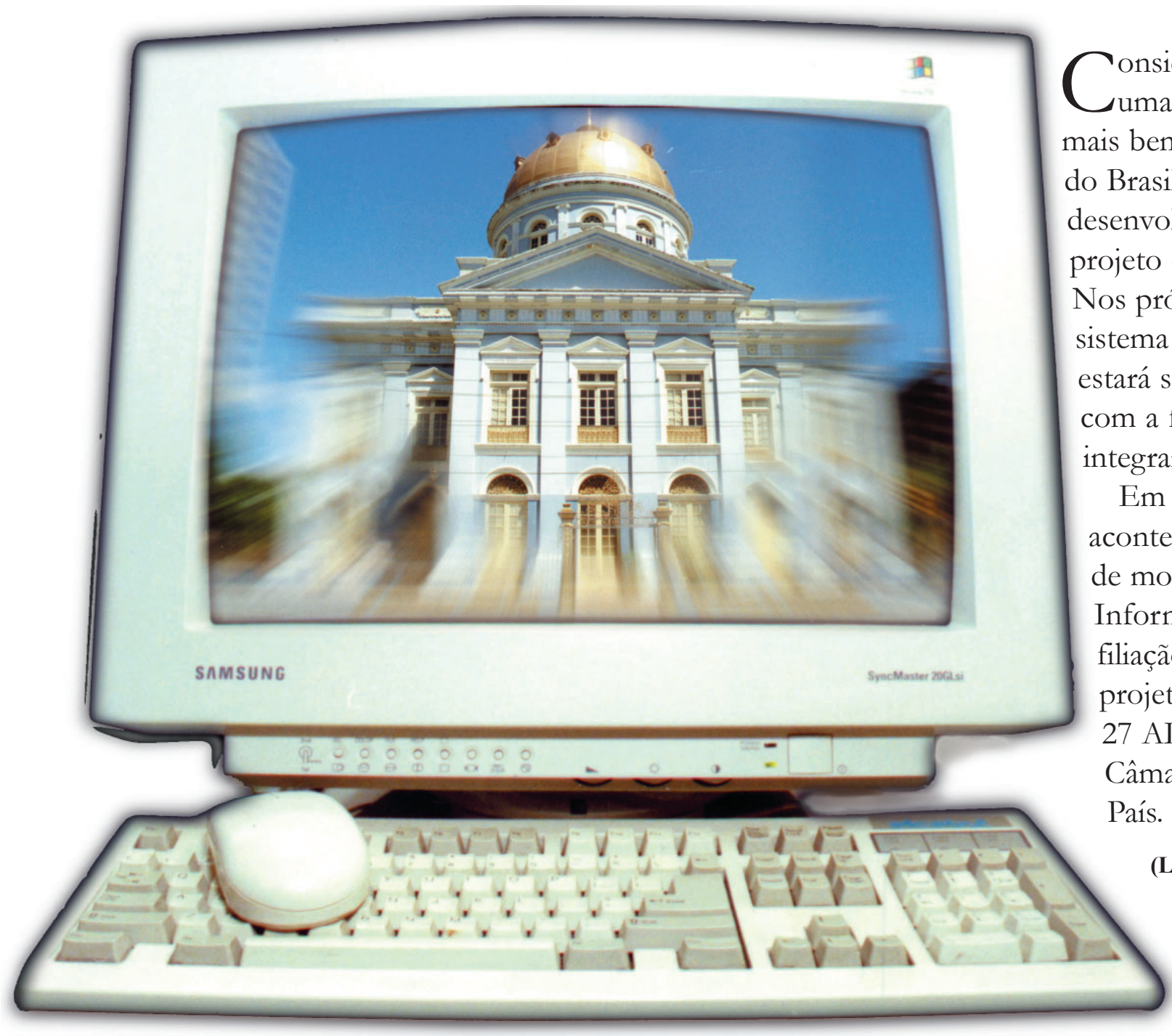
TRIBUNA PARLAMENTAR

Informativo da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Ano I – nº 5 – Outubro de 2001

A caminho da modernização



Considerada uma das três Casas mais bem informatizadas do Brasil, a Alepe está desenvolvendo um amplo projeto de modernização. Nos próximos meses, um sistema de videoaudiências estará sendo instalado, com a finalidade de integrar as ações da Casa.

Em paralelo, está acontecendo um trabalho de modernização da Informática e também a filiação ao Interlegis - projeto que interliga as 27 AL's e mais de 600 Câmaras Municipais do País.

(Leia no editorial e pág. 03)

Defesa da Cidadania elabora propostas para segurança

Como resultado de amplas discussões em audiências públicas, a Comissão de Defesa da Cidadania formulou documento com 33 sugestões para os órgãos de segurança. Leia entrevista com o presidente João Braga (PV).

Págs. 04 e 05

Programa de Qualidade inicia 2ª fase de execução

Dentro do processo para certificação ISO 9002, setenta e cinco servidores da Assembléia Legislativa iniciaram a nova etapa de qualificação. Também foi concluída a 1ª turma do curso de Manual da Qualidade

Pág. 06

Convênio beneficia deputados e servidores

A Primeira Secretaria da Casa firmou convênio com a TIM para proporcionar contas telefônicas mais baratas. Serão oferecidos descontos entre 36% e 60%, nas mensalidades e assinaturas de celulares dos deputados e servidores.

Pág. 08

EDITORIAL

Ritmo de Avanço

As mudanças são rápidas, constantes, reflexo de um processo que avança em países e regiões. Elas integram, pois, as transformações no campo da ciência e da tecnologia, as exigências de modernização do Estado, de órgão e empresas a serviço da sociedade. No esforço, a busca para aperfeiçoar o desenvolvimento econômico, as relações culturais e sociais, as formas de gestão, a qualidade de produtos e serviços.

As ações nesse campo exigem do Estado, do Legislativo, medidas que assegurem agilidade do setor público, adequação de sua estrutura, de forma a atender as reivindicações da sociedade. Nesse sentido Pernambuco mantém a tradição de Estado aberto aos anseios de mudança, com as instituições, as forças sociais, integradas ao esforço de modernização.

No século passado, na era da informação, foi visível sua contribuição para consolidar as aspirações de democracia, crescimento econômico, evolução cultural e social. Assim foi expressiva a participação de dirigentes, empresários, executivos, que com suas ações, idéias, trabalho e conhecimento, ajudaram a fortalecer a instituição política, dinamizar nossa economia. Em busca de progresso, crescimento, influíram no processo político e econômico, no avanço das técnicas de produção e gestão, das relações humanas no trabalho e na sociedade.

Tais iniciativas, concepções, são essenciais ao desempenho do setor produtivo, do Estado, com efeitos decisivos sobre as instituições e o conjunto da sociedade. Daí cresce a interação, a união das forças econômicas, políticas, da sociedade, que somam esforços, fortalecem o processo político, o desenvolvimento econômico e social.

Nesse aspecto, o Poder Legislativo sempre esteve atento aos esforços de modernização, de adequação das leis, dos mecanismos essenciais ao funcionamento do Estado. Exemplo disso é a busca de modernização de sua estrutura, da qualidade dos seus serviços, através da agilidade de suas ações, do aperfeiçoamento dos recursos materiais e humanos.

Com efeito, a Assembléia Legislativa vem executando com equilíbrio, determinação, a informatização de seus serviços básicos, dispondo hoje de uma estrutura moderna e pioneira. Ao lado disso, o Legislativo resgata aspectos essenciais de sua história, com um amplo levantamento sobre os fatos, os personagens, que ajudaram a fortalecer a instituição política e a representação popular em Pernambuco.

É inegável a importância da modernização do Legislativo, do resgate de suas ações, pois integra um esforço inovador que amplia a ligação com a sociedade e facilita o conhecimento da história do Estado. Esse ritmo ajuda Pernambuco a consolidar as instituições democráticas, renovar suas crenças e expectativas, com maior confiança na sua afirmação como Estado democrático e progressista.

EXPEDIENTE

O Jornal Tribuna Parlamentar é uma publicação de responsabilidade do **Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa, através da Divisão de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Romário Dias; **1º Vice-Presidente**, Deputado Afonso Ferraz; **2º Vice-Presidente**, Deputado André Campos; **1º Secretário**, Deputado João Negromonte; **2º Secretário**, Deputado Antônio Mariano; **3º Secretário**, Deputado Manoel Ferreira; **4º Secretário**, Deputado Jorge Gomes. **Diretor do Departamento de Comunicação Social,** José Tomaz Filho; **Chefe da Divisão de Imprensa:** Marconi Glauco. **Editora:** Ana Lúcia Lins. **Redatores:** Ana Lúcia Lins, Antônio Azevedo, Antônio Magalhães, Cláudia Lucena, Christianne Alcântara, Nagib Jorge Neto e Pedro Marins. **Estagiários:** Gustavo Hahnemann e Renata Rodrigues. **Revisão:** Cláudia Lucena e Christianne Alcântara. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Fotógrafos:** Roberto Soares, João Santana e Moisés Barbosa. **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368/3221-9375. Fax 3221-9357. PABX 3217-2211. **E-mail:** *dimprensa@alepe.pe.gov.br*

Nosso endereço na Internet *http://www.alepe.pe.gov.br*

ARTIGO

JOÃO SANTANA



Guerra: "Nunca teremos um Estado desenvolvido, se o povo não ler"

"Livro para todos" é o mote de Projetos de Lei

Israel Guerra *

Vivemos tempos em que a necessidade de valorização do humanismo torna-se cada vez mais importante, principalmente diante das demonstrações aterrorizantes do potencial de crueldade que porta a mente humana, como pudemos constatar nos últimos acontecimentos em Nova York, nos Estados Unidos.

Uma das atividades mais ligadas à humanização é, justamente, a leitura, hábito que pode alimentar o espírito, prover informações que moldem o caráter, a mente do que busca, nos livros, fontes de prazer, lazer, formação intelectual e humanística.

Os projetos "Vale Livro" e o que institui a Política Estadual de Incentivo à Leitura estão sendo apreciados na AL

A leitura, pois, represernta importante instrumento de construção da cidadania, e incentivá-la como um hábito para toda a sociedade passa a ser um investimento que deve ser realmente encerrado como estruturador, comparável a grandes obras de pedra e cal.

Nunca teremos um Pernambuco desenvolvido, se o nosso povo não ler! Jamais teremos cidadania, humanismo, sem que o nosso povo leia, esta é a grande verdade que queremos ver assumida pela Assembléia Legislativa do Estado!

Se somos um povo tão cordato, afetuoso, fraterno, sem nenhum contato, praticamente, com o mundo dos livros – é muito pouco o que lemos –, imagine o potencial que teremos, se a população for instada, incentivada, estimulada a ler!

Pela leitura, temos acesso a informações novas, em todas as áreas de conhecimento; lendo, o universo imaginário abre-se, e a força da produção cultural se agiganta.

Livros, muitos livros para todos, essa deve ser a máxima, se queremos um Estado melhor e mais desenvolvido.

Pensando assim, propusemos à Assembléia Legislativa dois Projetos de Lei: o que cria o Vale Livro e o que institui a Política Estadual de Incentivo à Leitura, que, se aprovados pela Casa, em muito contribuirão para o incentivo à leitura no povo pernambucano, criando instrumentos de facilitação do acesso aos livros para a população em geral, e orientando ações governamentais que coloquem o estímulo à leitura na agenda de prioridades nas políticas públicas do Estado. Livros para todos, esta é a nosa luta!

* *Deputado Estadual pelo PSDB*

MODERNIZAÇÃO

AL será integrada com videoaudiências

Solução completa e integrada estará funcionando nos próximos meses e utilizará equipamentos de última geração

Uma solução completa e integrada de audiências deve ser instalada na Assembléia Legislativa do Estado até fevereiro do próximo ano. A informação é do diretor de Informática, José Cláudio Godoy. A iniciativa da Mesa Diretora da AL tem o objetivo de dar continuidade ao projeto de modernização do Poder Legislativo de Pernambuco e garantir uma maior aproximação entre a instituição e a sociedade.

Considerada uma das três Assembléias mais bem informatizadas do Brasil, segundo dados da Diretoria de Informática, a Alepe já abriu o processo de licitação que vai garantir a integração do Plenário e todos os plenarinhos. Está prevista também a interligação com três TVs, que serão instaladas nos corredores do Anexo I.

O projeto inclui ainda integrar 52 computadores, sendo 49 dos gabinetes dos deputados, um no gabinete da Presidência do Legislativo, outro no do primeiro-secretário e mais um no gabinete do diretor geral. A solução envolve também uma videoaudiência móvel para acompanhar e transmitir os trabalhos itinerantes da Assembléia.

As videoaudiências serão integradas através dos Plenários, gabinetes e corredores da AL

O trabalho de modernização da Casa Legislativa de Pernambuco, por meio da Informática, tem se concentrado nos processos legislativo e administrativo, segundo José Cláudio Godoy. Ele afirmou também que os sistemas instalados em Pernambuco garantem a rapidez na tramitação dos processos da Alepe.

O presidente da AL, deputado Romário Dias, destacou a importância que a Mesa Diretora tem dado à implantação de serviços que garantam a eficiência dos trabalhos desenvolvidos pela Casa. Ele disse que a Assembléia de Pernambuco busca também, por meio dessa modernização, uma maior transparência das ações do Legislativo.

INTERLEGIS – Em 1997, a Assembléia filiou-se ao Interlegis, projeto que é resultado do convênio entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Governo Federal e o Senado Federal, orçado em US$ 50 milhões. O objetivo do programa é "apoiar o processo de modernização do Poder Legislativo nos três níveis de Governo (federal, estadual e municipal), com o fim de melhorar a comunicação e o intercâmbio de informações".

A eficiência dos servidores e a participação da população no processo legislativo são preocupações do Interlegis, segundo definição do projeto. A Alepe já foi beneficiada com o recebimento de 20 microcomputadores e dois equipamentos de grande porte. O sistema de videoconferência, instalado no 6º andar do anexo da AL, também é resultado do programa e Pernambuco já participou de duas videoconferências até agora.

IVAN FEITOSA



O equipamento está instalado no 6º andar

JOÃO SANTANA



Através do Interlegis, os deputados terão maior intercâmbio de informações

Projeto garante maior participação da sociedade

O sistema Interlegis está subordinado ao Prodasen e interligará as 27 Assembléias e mais de 600 Câmaras Municipais do País. Segundo o senador Carlos Wilson, presidente do Conselho do Prodasen, a expectativa é que seja promovida uma troca de informações que irá envolver mais de 20 mil parlamentares em todo o Brasil.

A primeira fase do programa consiste na formação da Comunidade Interlegis. São US$ 12 milhões investidos na ampliação dos canais de comunicação, capacitação e informação dos legisladores entre si e com os cidadãos. O senador Carlos Wilson afirmou que essa iniciativa tem o objetivo de promover uma maior aproximação entre o Poder Legislativo e a sociedade civil.

A ampliação do número de Câmaras Municipais envolvidas pelo Interlegis é outra meta que será cumprida ainda este ano. Carlos Wilson informou, ainda, que mais de 2.500 Câmaras serão contempladas pelo programa, o que representa mais da metade dos municípios brasileiros interligados.

O senador Carlos Wilson destacou também que essa iniciativa vai garantir a participação da sociedade civil no processo legislativo.

JOÃO SANTANA



Sistema interligará as 27 Assembléias Legislativas

ENTREVISTA

Segurança domina debates na C

A Comissão de Defesa da Cidadania da Assembléia Legislativa está cada vez mais preocupada com o crescimento da violência em Pernambuco. No primeiro semestre, os parlamentares promoveram uma série de audiências públicas para discutir as raízes do problema e as soluções para tornar menor os seus efeitos na sociedade. O resultado dessas reuniões foi a elaboração de um documento contendo 33 propostas para os órgãos de segurança. Neste segundo semestre, o colegiado, formado pelos deputados João Braga (PV) – presidente, Sérgio Leite (PT), Fernando Lupa (PSDB), João de Deus (PL) e Hélio Urquisa (PMDB), pretende cobrar as ações. Na entrevista a seguir, João Braga reafirma o propósito de continuar lutando por mais segurança para Pernambuco.

Tribuna Parlamentar - Desde o início deste ano, a Comissão de Cidadania realizou mais de dez audiências públicas para debater a questão da segurança em Pernambuco. A que conclusão chegou o colegiado?

João Braga - Pela primeira vez, a Assembléia Legislativa tem uma proposta sobre segurança. Ouvimos todas as autoridades responsáveis pelo setor, a imprensa, ONGs, enfim, todos aqueles que se envolvem e lutam contra a violência. Elaboramos um documento com 33 propostas, que entregamos ao governador Jarbas Vasconcelos e ao secretário de Defesa Social. Consideramos que a violência pode ser minimizada a partir de um esforço de convocação da sociedade. Em Pernambuco, um por cento da população é delinqüente. 99% são pessoas de bem. Então, como é que 1% vai acuar 99%?

TP- Na prática, o que o Governo deveria fazer?

JB - Para virar essa mesa, o Governo deveria convocar a população, dando instrumentos a ela e não frustrando-a. O primeiro passo é fazer com que o telefone de emergência da Polícia Militar, o 190, funcione. A pessoa chama porque realmente precisa. O Estado deveria aparelhar esse serviço, de modo que se tornasse acessível a qualquer momento. Em seguida, o aparato policial deveria se deslocar, num prazo máximo de seis minutos, até o local do chamado. Teoricamente, esse é o tempo que a vítima agüenta suportar a tensão. O outro serviço que merece ter mais atenção é o Disque-Denúncia. A comunidade sabe onde se esconde o bandido e o Governo precisa entender que a pessoa será atendida por alguém confiável, que não esteja ligada a nenhum aparelho policial. Mas o que acontece hoje? A Polícia Civil é incompetente, não consegue apurar nada. Então, qual a certeza que a pessoa tem que, ao ligar, a polícia vai investigar a informação? O terceiro passo é fazer com que a Corregedoria funcione, para que sejam afastadas da Polícia Civil e da Militar aquelas pessoas que não honram as instituições. A campanha de desarmamento também importante, pois cerca de 80% dos crimes são cometidos por pessoas sem antecedentes criminais. Elas tornaram-se criminosas simplesmente porque estavam armadas. Portanto, é importante que o Governo prossiga com as blitzes para desarmar a população.

TP - A Comissão de Cidadania está acompanhando o trabalho da Secretaria de Defesa Social, observando se as propostas estão sendo levadas em consideração para melhorar, ao menos, os serviços de recebimento de denúncias?

JB - Temos observado, sim, e, infelizmente, a comissão está se frustrando porque não está havendo melhoras. As polícias, tanto a Militar quanto a Civil, têm se mostrado incompetentes. A população está chegando a um estágio de desesperança. O Governo investe, mas não há uma resposta concreta. Não sei se isso reflete falta de zelo, de determinação, ou de comando. A mesma percepção nossa teve o Conselho de Defesa do Cidadão, do qual fazemos parte. E, cada vez mais o tempo passa, a situação fica ainda mais difícil.

TP - Há controvérsias quanto à questão do desarmamento da população. Há cidadãos que defendem o direito de portar arma, alegando que precisam se defender dos bandidos. A Comissão de Cidadania pretende continuar estimulando o debate na tentativa de mudar a cultura das pessoas?

"Consideramos que a violência pode ser minimizada a partir da convocação da sociedade"

JB - As estatísticas comprovam que 95% das pessoas que andam armadas e reagem aos assaltos morrem. Então, para que portar uma arma e ser tentado a reagir a um bandido, quando as chances de escapar, numa situação dessa, é mínima? Esse é um dado que precisa ser bem passado para a população, a fim de diminuir a quantidade de armas em poder das pessoas. E, volto a repetir, 88% das pessoas que se tornaram criminosas nos últimos anos nunca haviam cometido um delito. Eram cidadãos, que, numa discussão em casa, no trânsito, ou num bar, tornaram-se criminosos. Então, repito: andar armado não é uma boa estratégia.

ROBERTO SOARES



Na audiência pública em Itamaracá foi discutida a questão dos presídios

TP - Numa das reuniões ocorridas no primeiro semestre, a Secretaria de Defesa Social apresentou o Plano Estadual de Segurança Pública. Que avaliação a comissão faz dele?

JB - O plano não funciona, como nada funciona na polícia. A Polícia Civil permaneceu em greve por mais de 70 dias, temos uma PM que não consegue chegar antecipadamente a um local de ocorrência, uma Corregedoria que não atende às expectativa e policiais fazendo bico para conseguir aumentar a renda. O Conselho de Defesa do Cidadão fez propostas que ainda não foram atendidas. O Governo investe, mas não há resultados porque está faltando uma melhor compreensão. Comandar polícias da forma como está sendo feito não dá resultado. O que percebemos é um aumento vertiginoso da violência, com a participação de policiais nos crimes e blitzes equivocadas. A situação é dramática, mas a Assembléia estará sempre vigilante. Nós agora vamos começar a cobrar. Já demos os prazos e esperamos, pacientemente, por respostas da Secretaria de Defesa Social que não vieram. Portanto, precisamos ser mais incisivos.

TP - A população de Itamaracá cobra a saída das unidades carcerárias da ilha. A comissão acha que essa é a solução e existiriam locais melhores para instalar os presídios?

JB - Há outros locais, sim. O que se precisa é fazer um pacto com os municípios que vão receber essas unidades. Isso porque nenhuma cidade quer tê-las em seu território. É necessário que os municípios tenham alguma compensação por isso. No Recife existe espaço. Sobre a questão da Penitenciária Agrícola de Itamaracá, não é porque ela é de regime semi-aberto que não deve ter um muro, ter mais vigilância. É preciso fazer um presídio menor. O detento só deve ter permissão para sair da unidade se tiver emprego, uma atividade a fazer.Outra questão é que, em Itamaracá, quando havia um delegado mais incisivo, a situação de insegurança não era como a de hoje. O que há é uma falta de gerência. Parece-me que há uma visão equivocada da Polícia Civil naquela área. É preciso entender também que, no

omissão de Defesa da Cidadania

ROBERTO SOARES



A Comissão de Defesa da Cidadania entregou documento com 33 propostas ao Governo do Estado

passado, a ilha servia para abrigar uma penitenciária agrícola. Hoje não serve mais. Há possibilidade de mudança, mas o Governo teria que investir nisso. Por exemplo, existem áreas no Curado, pertencentes ao Exército, que serviriam para abrigar essas unidades. E não haveria críticas, pois já existe um batalhão por perto para dar suporte. É melhor do que levar para o interior, pois os gastos seriam maiores. Enfim, o que faltam são decisões rápidas.

"A situação é dramática, mas a AL está vigilante. Vamos começar a cobrar da Defesa Social"

TP - O senhor defende que os presídios sejam privatizados?

JB - De forma alguma. Se as verbas destinadas à privatização forem repassadas para os presídios, eles certamente ficarão melhor do que os privatizados. O custo de um preso numa unidade desse tipo é cinco vezes maior do que o de uma administrada pelo Estado. É uma utopia achar que vai melhorar desse jeito. Os recursos atuais são limitados, mas dependendo de como são usados, a situação pode melhorar bastante.

TP - O Governo tem dado muita ênfase aos Núcleos de Segurança Comunitária, mas eles têm recebido críticas até mesmo de setores da própria polícia, que o consideram de fachada. Que avaliação o senhor faz dessa proposta?

JB - Eu também não sou muito entusiasta da idéia. As delegacias estão se acabando, sem nenhuma estrutura. Os centros são bonitinhos, cada um tem 56 policiais militares. Eles poderiam servir como bases de operação para o 190. Quando a pessoa solicitasse o serviço, imediatamente haveria o deslocamento de policiais para o local de ocorrência. Da forma como está é muito burocrático, não dá resultados positivos e, portanto, o modelo precisa ser revisto. Não apenas do núcleo, mas o modelo de segurança como um todo. O setor é realmente o calcanhar-de-aquiles deste Governo. Acho que falta determinação para que isso possa mudar, pois a população tem pago um preço muito alto. Não dá para conceber como a Polícia Civil só consegue elucidar 8% dos homicídios. É uma incompetência, um acinte à cidadania.

TP - Que análise o senhor faz da greve da Polícia Civil?

JP - Durante a greve, a maior proeza do Sindicato dos Policiais Civis (Sinpol) era, todas as segundas-feiras, contestar o Governo, dizendo que o número de mortos era maior que as estatísticas oficiais. Ao mesmo tempo em houve intransigência do Sinpol, faltou capacidade do Governo de negociar, de abrir com mais objetividade uma discussão. Realmente, a situação salarial da Polícia Civil é ruim, mas os problemas não se resumem a isso. As duas partes deveriam ter entrado em acordo há mais tempo, por respeito à população.

TP - A Comissão também promoveu um debate sobre a portaria da Polícia Civil que proíbe a exposição de imagens dos presos. O senhor concorda com o cumprimento dessa lei, que, afinal, é prevista pela Constituição?

JB - A pessoa tem direito a sua privacidade, mas eu acho que essa é uma questão menor que a diretora da Polícia Civil, Olga Câmara, preocupou-se. Há tantas coisas mais importantes para se discutir. Até entendo a posição dela, pois tem uma formação humanística e está respaldada pela Constituição, que prevê o direito de preservação da imagem.

JOÃO SANTANA



Braga: Comissão está ampliando atuação

Agora, no fim das contas, o bandido mais rico termina sendo beneficiado, pois entra com mandado de segurança, habeas corpus. O pobre estará sempre mais exposto.

TP - O senhor acha que deveria haver a redução da menoridade penal para 16 anos?

JB - Há estudos que provam que a questão não é bem por aí. Alguns países que adotaram a redução já estão voltando atrás e alguns outros estão aumentando para 21 anos. Aqueles que reduziram verificaram que esse não era o melhor caminho, que o centro do problema é outro. Precisamos é de delegacias especiais para tratar da questão do menor. É importante levar em consideração as estatísticas mundiais. Em outros países não houve resultados proveitosos e as políticas que tratam da questão no Brasil são equivocadas. Em vez tratar a ponta do problema - o menor -, o que deveria ser feito era um trabalho que tivesse início na própria casa dessas crianças, valorizando a família, elevando o status da mulher, que está mais perto dos filhos. Ou se trata a origem, ou as conseqüências da desestrutura familiar não serão resolvidas.

TP - Neste semestre, a comissão, além de continuar lutando em defesa da segurança, pretende se engajar em que outras questões?

JB - A Comissão de Cidadania ampliou muito o seu trabalho. Além da segurança, marcamos presença na polêmica entre a Prefeitura do Recife e de Jaboatão pela questão do lixo. Também estamos na briga para que haja financiamento do teste de DNA para mães carentes que queiram comprovar a paternidade dos filhos. Fizemos um trabalho com os idosos, promovendo um grande encontro com suas entidades representativas. Vamos instalar o serviço Disque-Idoso, pois a violência contra essa parcela da população é grande. Muitos sofrem violência cometida pela própria família. Fizemos uma boa audiência pública sobre a redução da menoridade penal com especialistas sobre o assunto. Acompanhamos processos de agressão a jovens, denúncias de erros médicos. Ainda vamos discutir a perfuração de poços artesianos e promover campanhas para melhorar os acessos dos deficientes físicos na cidade. Enfim, teremos novamente um semestre de muito trabalho.

QUALIDADE ISO 9000

Gestão para Qualidade Total inicia 2ª fase

O Programa de Gestão para Qualidade Total (PGQT), que tem como objetivo obter a certificação ISO 9002 para a Assembléia Legislativa (Alepe), entra em uma nova fase de estruturação. Setenta e cinco servidores, lotados nos diversos setores que integram o projeto piloto Qualidade do Processo Administrativo, estão participando dessa segunda etapa. Eles irão cumprir carga horária de 40 horas-aulas divididas em três módulos: 1º- requisitos para norma ISO 9002; 2º- documentação da qualidade; 3º- noções de auditoria da qualidade.

O PGQT começou a ser implantado em maio deste ano, após a assinatura de convênio da Alepe com a Universidade de Pernambuco (UPE). A iniciativa foi da Mesa Diretora, por intermédio do primeiro-secretário, deputado João Negromonte (PMDB). O trabalho de sensibilização sobre a importância do Qualidade Total já produz frutos. O interesse dos servidores aumentou muito, como confirma a coordenação do programa. Para essa segunda fase foram inscritos 120 funcionários, mas devido às limitações de espaço físico, o treinamento dos outros 45 só poderá ser iniciado depois.

ROBERTO SOARES



A segunda etapa do Programa envolve o treinamento de 75 servidores

"Este fato caracteriza o alto grau de disseminação das idéias renovadoras do Programa de Qualidade, que visam à melhoria da prestação de serviços da Alepe", destaca a consultora e instrutora do PGQT, Regina Mauad Cerqueira. As aulas estão acontecendo na Sala da Qualidade e na Escola do Legislativo. Confira, no quadro abaixo, os depoimentos de três servidores já integrados ao Programa de Qualidade. Eles revelam as dificuldades e os resultados que esperam com a adesão aos novos métodos de organização do trabalho.

SIMBOLOGIA DA QUALIDADE – Para garantir uma maior participação do funcionalismo da Alepe, foi prorrogado mais uma vez o prazo de inscrições para o concurso que vai definir a Simbologia do Programa da Qualidade. Até o dia 25 de outubro, os servidores poderão apresentar trabalhos em três categorias: mascote, música-tema e marca. A entrega dos prêmios de R$ 500,00 (3º lugar), R$ 700,00 (2º lugar) e R$ 1.000,00 (1º lugar), em cada categoria, será no dia 22 de novembro. "Servidor da Alepe, o PGQT só cresce com sua participação. Ligue para a Qualidade: ramal 2480", lembra a coordenadora do PGQT, Fátima Resende, professora da UPE.

Concluída primeira turma do Manual da Qualidade

A primeira turma do curso de Manual da Qualidade da Assembléia Legislativa concluiu seus trabalhos no dia 26 de setembro. O segundo estágio do Programa da Gestão pela Qualidade Total (PGQT), uma das fases mais importantes, é a elaboração coletiva das instruções de trabalho. Os 50 servidores da primeira etapa do PGQT, lotados nos Departamentos de Assistência Administrativa (DAA) e de Patrimônio (DPA), participaram intensivamente da definição nas normas que irão definir os procedimentos para a padronização de todos os serviços prestados na Alepe.

Na preparação do manual, os servidores estudaram e debateram os 20 requisitos para habilitar a Assembléia a conseguir a certificação ISO 9002. Com destaque para os itens da responsabilidade da administração e a estruturação do sistema de qualidade. Também ressaltaram os aspectos voltados para o controle de todos os processos administrativos e a garantia do treinamento e capacitação contínua. "Precisamos induzir melhorias na atuação do servidor com ganho qualitativo, através de programas de treinamento e capacitação, o que vai assegurar um incremento no grau de empregabilidade", lembrou a professora Fátima Resende.

Numa fase posterior, os servidores serão preparados para atender às necessidades de realização de auditorias regulares, a cada seis meses, pela empresa certificadora, como medida para manter o título ISO 9002. Para isso, também serão treinados a fazer auditorias internas com intervalos de três meses cada.

OPINIÃO DOS SERVIDORES

Quais as dificuldades e os benefícios da implantação do Programa da Gestão de Qualidade Total (PGQT) na Alepe?

ANA CECÍLIA BEZERRA (PRESIDÊNCIA)



"A principal batalha é a qualificação dos recursos humanos, que é a meta primordial, já que a Alepe tem funcionamento rotativo. Sempre estamos sujeitos a mudanças, seja de dirigentes administrativos, funcionários de setores, bem como os nossos clientes internos preferenciais, os deputados. Os benefícios serão inúmeros. Um dos mais gratificantes será quebrar o infeliz rótulo de que todo servidor público é acomodado, desqualificado e despreparado. Melhoraremos a nossa imagem perante a população, ao praticarmos a Política de Qualidade Total com eficácia e eficiência no atendimento aos usuários."

NORMA SIÃO (SOM)



"Colocar em prática qualquer programa de mudança sempre traz muitos receios, causa dúvidas, medos, incertezas, desconforto por acomodação e resistência. Reações daqueles que se julgam incapazes de acompanhar as mudanças e adquirir novos conhecimentos. Mas o PGQT criará um espírito de cooperação dentro da organização, o que trará harmonia, motivação e união. Vai melhorar o relacionamento interpessoal e beneficiar, sobretudo, o cliente externo, que passará a ter maior credibilidade nos trabalhos executados e oferecidos pela Alepe."

PAULO FRANCISCO (DAA)



"Toda e qualquer mudança dentro de uma organização encontra muita resistência por parte do corpo de servidores. Provavelmente, a insegurança seja a principal responsável por essa resistência. Dentre todas as dificuldades, essa é a de maior impacto na implementação do PGQT, pois sem a colaboração dos participantes é impossível colocar em prática métodos que tornarão o trabalho mais eficiente. O PGQT, com certeza, irá aprimorar os serviços prestados por todos, elevando a qualidade dos serviços e dos servidores. A conformidade e a padronização das tarefas permitirão os 100% de qualidade."

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Prioridade para os projetos de inovações educacionais

Com um trabalho discreto, porém eficiente, a Comissão de Educação e Cultura (CEC) destacou-se no primeiro semestre deste ano como uma das mais atuantes e profícuas da Casa. A ela compete manifestar-se sobre instrução pública e particular, assuntos históricos, artísticos, de desenvolvimento cultural e desportos.

Essa responsabilidade pode ser conferida pelo teor dos projetos que passaram pela mesa do colegiado este ano. Um deles, de autoria do deputado João de Deus, institui nos colégios estaduais o curso pré-vestibular, importante reforço para diminuir a defasagem dos alunos em relação aos que estudam em escolas particulares. Para o ensino público também foi direcionada a proposta do deputado Ulisses Tenório de incluir no currículo a oferta do curso de xadrez.

Assuntos históricos, artísticos, culturais e desportos também são competência da Comissão

A Comissão de Educação e Cultura promoveu também audiência pública para analisar o funcionamento das rádios comunitárias. Do encontro, saíram sugestões como a criação da Cooperativa de Rádios Comunitárias e a convocação para debate do secretário executivo de Radiodifusão Comunitária. Menos amena foi a incumbência de analisar o desvio de talonário e emissões de cheques falsificados do Fundef, em Igarassu. São titulares do colegiado os deputados Malba Lucena, Geraldo Melo, Paulo Rubem Santiago, além do presidente Gilberto Marques Paulo.

QUALIFICAÇÃO - Ligada à Comissão de Educação e Cultura está a Escola do Legislativo professor José Joaquim de Almeida, uma das iniciativas mais prósperas da Casa e idealizada por Marques Paulo.

No primeiro semestre de 2001, a Escola lançou o Fórum Permanente de Capacitação que, através de um ciclo permanente de palestras, avalia e redimensiona a política de aperfeiçoamento profissional da AL.

Qualificação é mesmo a bandeira da Escola, que capitaneia as diretrizes do Programa ISO-9000, realizando treinamentos e palestras para os servidores e que vem sendo implantado na Casa. Direcionada aos deputados, foi a oportunidade pioneira de reciclagem através de parceria com *Carl Vinson Institute of Government*, com a vinda para o Recife, em setembro, do diretor Steve Wringley, especialista na formação de líderes políticos.

Outras realizações da Escola do Legislativo são: cursos de idiomas e informática, programas de formação e convênios com Governo do Estado, Universidade de Pernambuco (UPE), entre outros.

ROBERTO SOARES



O grupo realizou debates sobre a necessidade de reforçar a educação

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔNICO



Temas como as mudanças na Petrobrás motivaram debates na Comissão

Economia de Pernambuco norteou trabalhos no semestre

Um balanço da atuação da Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE) no primeiro semestre deste ano, indica a interseção nos impasses relativos à economia de Pernambuco, em especial sobre a duplicação da BR-232 e a licitação do terminal de contêineres do Porto de Suape (Tecon). O colegiado - um dos mais requisitados da Assembléia Legislativa - promoveu visitas dos parlamentares às obras da rodovia, analisou cerca de 50 projetos de lei e promoveu discussões sobre temas múltiplos, inclusive envolvendo as atividades realizadas em Suape.

Em função da projeção que ganhou no cenário nacional, o debate sobre o racionamento de energia elétrica também mereceu o crivo da Comissão, através de uma audiência pública com a presença de representantes da Celpe, Universidade Federal de Pernambuco, Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e diversos setores da sociedade.

No dia 28 de agosto, a transferência do órgão operacional da Petrobrás Dutos e Terminais do Norte-Nordeste/DTNEST foi debatida em audiência pública, com a presença de autoridades da Petrobrás, Sindipetro, DTNEST e vereadores do município do Cabo de Santo Agostinho. A intenção dos deputados foi analisar os reflexos que a mudança trará para a economia pernambucana, com possíveis perdas na arrecadação de impostos e diminuição de postos de trabalho.

Presidida pelo deputado Lula Cabral, a Comissão de Desenvolvimento Econômico conta ainda, como membros titulares, com os deputados Pedro Eurico, Augusto Coutinho, José Queiroz e Roberto Liberato.

Os três primeiros livros do Projeto Perfil Parlamentar serão lançados pela Mesa Diretora da AL no próximo dia 31. Trarão as biografias de Estácio Coimbra (redigido por Ronildo Maia Leite), Agamenon Magalhães (José Adalberto Ribeiro) e Nilo Coelho (Lêda Rivas). Outros 19 livros estão em fase de produção pela equipe de jornalistas que elabora o perfil dos 22 parlamentares que mais se destacaram no século XX.

ALEPE/TIM

JOÃO SANTANA



Negromonte (d) lembra que deputados e servidores terão contas reduzidas

Convênio viabiliza contas de celulares mais baratas

Com o objetivo de proporcionar economia nas contas telefônicas dos deputados e dos servidores da Assembléia Legislativa (Alepe), a Primeira-Secretaria firmou convênio com a TIM (operadora de telefonia móvel com atuação em 11 Estados) para que os interessados possam se beneficiar de descontos de 36% até 60%. A partir do acordo firmado, a TIM incluiu a Alepe num plano diferenciado, com tarifas e assinaturas mais baratas. Outra vantagem é o direito do uso dos aparelhos telefônicos pelos cadastrados, através do regime de comodato e sem custo adicional.

"O convênio vai beneficiar e facilitar a vida dos funcionários, representando uma economia muito grande para eles, sem nenhum ônus para a Assembléia", afirmou o primeiro-secretário João Negromonte. O primeiro lote de inscrições se encerrou no último dia 30 de agosto. No ato da entrega dos formulários de adesão, os interessados tiveram a chance de escolher o aparelho que vão usar, entre oito modelos oferecidos, incluindo os mais procurados do mercado com o modelo 8260 da Nokia.

A previsão do gerente de contas da TIM, Roberto Selva, era para o início da entrega dos aparelhos no final de setembro. O valor das tarifas será de R$ 0,19, enquanto no mercado, varia de R$ 0,28 a R$ 0,44. Já a assinatura cobrada será de R$ 7,50, cerca de 60% mais barata que o normal, R$ 18,35. Convênios semelhantes vêem sendo colocados em prática pela operadora junto a grandes e médias empresas privadas e outras instituições públicas. Além de assegurar mercado, a TIM se beneficia com a garantia do recebimento das contas em dia, já que os pagamentos mensais serão descontadas direto dos contracheques.

Já aderiram ao programa 210 funcionários. Além de optar por oito modelos, os servidores poderão modificar ou manter a linha, caso já possuam habilitação da TIM. O convênio vai beneficiar os funcionários efetivos na ativa ou aposentados e os ocupantes de cargos comissionados ou funções gratificadas das áreas administrativas da Alepe.

CAPACITAÇÃO

Deputados conhecem modelo de Parlamento americano

Na tentativa de ampliar os serviços prestados aos deputados estaduais e lhes dar mais subsídios para execução dos seus mandatos, a Escola do Legislativo,promoveu, no mês de setembro, uma palestra com o diretor do *Carl Vinson Institute of Government,* da Universidade da Geórgia (EUA), Steve Wrigley. A palestra deu início à fase de capacitações e assessoria técnica para os deputados, dentro da programação da Escola do Legislativo José Joaquim de Almeida.

Steve Wrigley trouxe não só sua experiência como historiador e professor especializado em Relações Internacionais, mas também apresentou o modelo de formação parlamentar que serve de base para todo o mundo. A instituição americana já possui décadas de tradição e realiza convênios com as principais Escolas do Legislativo no Brasil, inclusive com a de Pernambuco – a primeira de todo o Norte/Nordeste do País.

Mobilizando quase que a totalidade dos parlamentares da Casa, Wrigley debateu desde a política econômica atual até os tipos de serviços prestados aos governantes americanos, relatando o atendimento realizado no Parlamento daquele país e destacando também a importância das escolas para a formação do político. "À medida que a sociedade muda, criam-se questões que desafiam a Assembléia. Além disso, antigos conceitos devem ser analisados sob um novo prisma. Nesse ponto, o papel das Escolas do Legislativo é fundamental", ressaltou.

O palestrante também participou do I Encontro Nacional das Escolas do Legislativo, realizado pela instituição pernambucana no dia 15/09, no Hotel Atlante Plaza. O evento reuniu os diretores das Escolas do Legislativo dos Estados de Santa Catarina e Minas Gerais, além do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Ceará - Inesp e a Escola de Governo e Políticas Públicas da Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj.

JOÃO SANTANA



Wrigley apresentou o modelo de formação aplicado em todo o mundo

Pernambuco sedia Encontro Nacional de Procuradores

Procuradores de todo o Brasil estiveram reunidos no Recife, entre os dias 13 e 16 de setembro, durante o XII Encontro da Associação Nacional de Procuradores de Assembléias Legislativas (ANPAL). Em pauta, discussões sobre temas polêmicos como Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI's) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O evento contou ainda com uma sessão administrativa, quando foram debatidas sugestões para o fortalecimento das procuradorias, premissa importante para que o próprio Poder reafirme sua independência.

No discurso de abertura, o presidente Romário Dias ressaltou a importância dos profissionais para que os parlamentares possam exercer seus mandatos com transparência. A conferência inicial ficou a cargo do juiz Francisco Cavalcanti, que abordou as Reformas Administrativa e Previdenciária.

"As trocas intensas de experiências e informações contribuem para que possamos dar soluções aos problemas que se apresentam, a cada dia, nas Casas Legislativas", afirmou Sílvio Pessoa Júnior, procurador-geral da AL/PE e diretor eleito da ANPAL para Pernambuco.

Na mesma eleição realizada durante o encontro, a presidência da Associação ficou com o procurador-geral da AL gaúcha, Hermínio Dutra.

Cerca de 60 procuradores compareceram ao encontro, oriundos de Estados sem tradição em enviar representantes como Ceará, Amapá, Acre e Amazonas. Além deles, muitos deputados da AL prestigiaram o evento. "Apesar de se caracterizar como uma categoria relativamente pequena, a presença maciça dos procuradores legislativos nos surpreendeu", comentou o procurador geral Sílvio Pessoa Júnior.